



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ
Secretaria de Finanças
 Departamento de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 151/2019

Aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal Recebimento das propostas: A partir das **09h00min** do dia **28/08/2019**
 Abertura das propostas: Às **10h00min** do dia **09/09/2019**
 Início da Sessão Pública: Às **11h00min** do dia **09/09/2019**
 E-mail licitanf@itarare.sp.gov.br, para envio da documentação.

Conteúdo

1- PREÂMBULO.....	2
2 – OBJETO	3
3– DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
4 – PARTICIPAÇÃO.....	3
5– REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME	4
6 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BLL.....	4
7– ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES.....	5
8 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO	7
9 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO	8
10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	9
11 – HABILITAÇÃO	10
12 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
13 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS	12
14 – DOS PAGAMENTOS.....	13
15 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.	14
16 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO.....	15
17 – DAS SANÇÕES	15
18 - DAS INFORMAÇÕES.....	16
19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16

Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

[I - TERMO DE REFERÊNCIA;](#)

[II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;](#)

[III - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;](#)

[IV - MODELO DE PROCURAÇÃO;](#)

[V - MODELO DE DECLARAÇÃO - cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;](#)

[VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME OU EPP;](#)

[VII – MINUTA DE CONTRATO;](#)

[VIII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.](#)

[IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO.](#)

1- PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

PROCESSO Nº 151/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br – “Acesso Identificado”

O Senhor **MARCUS VINICIUS P. GONÇALVES**, Secretário Municipal de Administração, Estado de São Paulo, usando a competência, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 932/2017, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** - Processo Nº 151/2019, objetivando a **aquisição de 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine duplapara Guarda Civil Municipal**, conforme especificações técnicas do **Termo de Referência – Anexo I**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, que será regido pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 151, de 02 de outubro de 2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Recebimento das propostas: A partir das **09h00min** do dia **28/08/2019**Abertura das propostas: Às **10h00min** do dia **09/09/2019**Início da Sessão Pública: Às **11h00min** do dia **09/09/2019****Tempo Mínimo de Disputa:** 5 (cinco) minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema (tempo randômico).**Referência de Tempo:** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro Moiseis de Matos com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

Integram este Edital os **anexos de I a IX**.

Custo estimado: **R\$ 160.843,00 (cento e sessenta mil, oitocentos e quarenta e três reais)** onerará os recursos orçamentário e financeiro reservado nas seguintes classificações orçamentárias: 729– Federal e 658 - Tesouro.

2 – OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objetivo a **aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal** conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – anexo I deste Edital.

3– DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1.O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**;

3.2.Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Itararé, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bllcompras.org.br).

4 – PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (**Bolsa de Licitações e Leilões**).

4.2 - Será vedada a participação:

4.2.1 - De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

4.2.2 - De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública do Municipal de Itararé, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93;

4.2.3 - Sob a forma de consórcio.

4.2.4 - Empresas impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública do Municipal de Itararé e quaisquer de seus órgãos descentralizados;

4.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões(ANEXO IX)**;

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo constante do **ANEXO II**).

c)Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o Edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do veículo **ofertado e seus acessórios, conforme o caso. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.**

4.5. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

4.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo VI, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate dos Artigos nº 44 e 45 da LC 123/2006.

5– REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** coordenar o processo licitatório;
- b)** acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- c)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame, inclusive as impugnações e consultas ao edital;
- d)** conduzir a sessão pública na internet;
- e)** abrir as propostas de preços;
- f)** analisar a aceitabilidade das propostas;
- g)** desclassificar propostas que apresentarem inconformidades, indicando os motivos;
- h)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- i)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- j)** declarar o vencedor;
- k)** adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- l)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- m)** elaborar a ata da sessão.
- n)** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- o)** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

6 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BLL

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **4.4 “a”, com firma reconhecida**, operador devidamente

credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico do sistema BLL, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões**;

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

6.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento para participar do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.8. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

6.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos telefones: **(41) 3042-9909 e 3091-9654 - Curitiba-PR**, através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

7– ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, aqueles indicados no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, desclassificando-se as propostas cujos preços os excedam ou sejam manifestamente inexequíveis (art. 40 X e 48 II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).

7.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

7.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

7.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances. **(FECHAMENTO RANDÔMICO)**

7.11. Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.12. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.13. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.14. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no subitem 11 deste Edital, deverão enviados no e-mail do pregoeiro: licitanf@itarare.sp.gov.br em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do Certame.

7.15. Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da data

da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para o endereço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ-SP - A/C** Departamento de Licitações da Prefeitura, sito à Rua XV de novembro, nº 83, Centro, Itararé – SP, CEP 18460-000, em envelope fechado, consignando-se externamente além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019
“ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

7.16. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.15.

7.17. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará às sanções previstas no item 16, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.18. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.19. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.20. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

8 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS/MODELOS** do veículo ofertados (marcando N/A para os casos de serviços) e, quando for o caso, informar se a empresa é ME/EPP. A não inserção de especificações e marcas/modelos do veículo neste campo, implicará na **desclassificação** da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO I**.

8.3. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.4. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.

9 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1.A Empresa vencedora, deverá encaminhar via correio, **NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (três) DIAS ÚTEIS**, a documentação referente a habilitação e demais anexos, juntamente com a proposta de preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, datilografada ou impressa por processo eletrônico em 01 (uma) única via em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta (**ANEXO III**), redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável.

9.2.A proposta escrita deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:

a) relação do item da licitação, devidamente preenchida, contendo preços unitário e total do veículo ofertado, contendo no final o valor total da proposta, **com aproximação de no máximo duas (2) casas decimais**;

b) preço líquido para pagamento na forma do item “13” deste edital;

c) prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão; e,

d) indicação de marca e modelo do veículo ofertados ou a procedência, e anexar catálogos, **manuals ou documento equivalente, contendo as características do veículo ofertado e seus acessórios**, de modo a possibilitar a análise e compatibilidade aos requisitos exigidos no Edital, devendo ser descrito em português. A cotação de **duas marcas, dois modelos ou duas procedências** para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a **desclassificação** do item.

9.3. Os preços propostos deverão incluir taxas ou despesas adicionais tais como transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

9.4. Se houver divergências entre o preço unitário e o preço total indicados pelo(a) proponente, apenas o preço unitário será considerado válido e o total será corrigido de forma a conferir com aquele.

9.5.A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos todos os custos necessários à entrega do veículo licitados na forma estabelecida no contrato de fornecimento, incluindo todos os serviços, tributos incidentes, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final do veículo. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. A omissão da condição prevista acima implicará na desclassificação da proposta. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

9.7.A proposta de preços escrita deverá ser encaminhada para o endereço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ-SP - A/C** Departamento de Licitações da Prefeitura, sito à Rua XV de novembro, nº

83, Centro, Itararé – SP, CEP 18460-000, em envelope fechado, consignando-se externamente além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019
“ENVELOPE – PROPOSTA DE PREÇOS”
NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

9.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor, bem aquelas que:

- a)** Conttenham mais de 02 (DUAS) casas decimais em seus valores unitários;
- b)** Sejam incompletas, isto é, não conttenham informação(ões) insuficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do veículo ofertado e verificação do atendimento às exigências do edital;
- c)** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;
- d)** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observadas as especificações e parâmetros mínimos definidos neste Edital;

10.2. O **PREGOEIRO** anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.4. As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

10.5. Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10.6. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº. 123/2006 serão observados os seguintes procedimentos:

10.7. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “Chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do

certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 10.7, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 10.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

11 – HABILITAÇÃO

11.1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser **encaminhados para o e-mail: licitanf@itarare.sp.gov.br**, com posterior encaminhamento do original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ-SP - A/C Departamento de Licitações da Prefeitura, sito à Rua XV de novembro, nº 83, Centro, Itararé – SP, CEP 18460-000, aos cuidados do Pregoeiro, observando o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão.

11.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

b.2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

b.3) Prova de Regularidade Municipal (**Certidão Negativa de Tributos Mobiliários**) do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei, com prazo de validade em vigor (art. 29, inciso III da Lei Federal nº 8.666/1993) ou **Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa referente aos Tributos Mobiliários**;

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

11.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

11.2.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, comprovada por meio da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento compatível em características e especificações com objeto licitado;

11.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

11.2.5.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando:

a) declaração da **licitante**, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição Federal;

b) declaração da **licitante**, subscrita por seu representante legal, assegurando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Municipal, inclusive em

virtude das disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

c) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

12 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

12.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

12.3. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, este Município aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

13.1. Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

13.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, conforme artigo 12 do Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000.

13.3. O pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, procedendo aos encaminhamentos necessários.

13.4. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.5. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso, sendo adjudicado o objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

13.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

13.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8. As Impugnações, Esclarecimentos e Os recursos deverão ser enviados em duas vias. Uma via original deverá ser encaminhada para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ-SP - A/C Departamento de Licitações da Prefeitura, sito à Rua XV de novembro, nº 83, Centro, Itararé – SP, CEP 18460-000 - Setor de Licitações. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo junto com este documento original, deverá ser enviado também uma cópia por e-mail (e-mail do pregoeiro indicado na pg. 01 do edital) para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida à este.

13.9. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

13.10. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

13.11. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14 – DOS PAGAMENTOS

14.1. O pagamento será efetuado diretamente na conta bancária informada pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento do veículo o e respectiva nota fiscal/fatura, desde que tenham sido observadas todas as disposições constantes no Termo de Referência, contido no **Anexo I** deste edital.

14.2. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados contenham incorreções.

14.3. Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal: **“Pregão Eletrônico 05/2019”**, bem como o número do pedido da compra.

14.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste Edital e seu decorrente contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do objeto executado.

14.5. Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

14.6. Caso o pagamento mensal não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Contratada, e isso motivar a paralisação do fornecimento, esta incorrerá nas penalidades previstas neste edital, e não será paga nenhuma atualização de valor.

14.7. Correrá por conta exclusiva da contratada:

a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;

b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

14.8. Sendo constatado erro na nota fiscal, a mesma não será aceita e o pagamento ficará retido e seu prazo suspenso, até que seja providenciada a correção, contando-se o prazo estabelecido no item 14.1, a partir da data de sua reapresentação.

14.9. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda o fornecimento, bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

15.1- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo VII;

15.2- Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

15.3 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 15.2, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

15.4- O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato, no prazo de dois dias corridos contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

15.5 - Quando o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 15.2, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

15.6- A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

15.7- A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do veículo contratados.

15.8- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste atoconvocatório.

15.9- O prazo do contrato será de 90 (noventa) dias, a contar da sua assinatura, prorrogáveis na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.10- A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, le § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.11. O foro do contrato será o da Comarca de Itararé/SP.

16 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

16.1. Prazo, local de entrega, responsável pelo recebimento, gestor do contrato, ver o **ANEXO I**, TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

16.2. Os produtos e serviços que não corresponderem às especificações da proposta apresentada serão recusados, para substituição imediata.

16.3. A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento provisório não implica na aceitação definitiva do objeto.

16.4. São ainda obrigações da futura **CONTRATADA**:

- a) Fornecer o veículo dentro dos padrões de qualidade e das exigências legais, e com garantia mínima exigida. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste Edital;
- b) Entregar o veículo dentro das normas de segurança exigidas, em estrita conformidade com a legislação e com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- c) Substituir o veículo em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições;
- d) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e habilitação exigidas nesta licitação.
- f) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

17 – DAS SANÇÕES

17.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02.

17.2. A **recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o termo de ciência e notificação**, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

17.3.O atraso injustificado na entrega, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

b) atraso superior a 30 (trinta) dias e até 45 (quarenta e cinco) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

c) atraso superior a 45 dias: estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos neste Edital, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas no próximo item.

17.4.Pela inexecução total ou parcial da entrega, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e/ou;

b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

17.5. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

17.6. Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 8.1.2.6.2 deste edital, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02; (LC nº 123, art. 43, § 2º)

17.7. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

17.8. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

18 - DAS INFORMAÇÕES.

18.1. Obtenção deste Edital e seus ANEXOS poderão ser feitas através de “download” pelo site da Prefeitura Municipal de Itararé - pelo E-Mail edital@itarare.sp.gov.br.

18.2. As informações administrativas relativas ao presente certame poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, desde que protocolizados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itararé, das 9:00 às 16:00 horas, até 48 horas da data marcada para a abertura do certame. As respostas serão encaminhadas via e-mail a todas as empresas que enviaram o **Recibo de Retirada do Edital** e farão parte integrante do processo administrativo.

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Itararé revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O MUNICÍPIO DE ITARARÉ poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

19.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

19.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.10. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

19.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Itararé, Estado de São Paulo, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

19.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Itararé, para melhores esclarecimentos.

19.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

19.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

19.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

19.16. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

19.17. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

19.18. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF.

Itararé, 13 de junho de 2019.

MARCUS VINICIUS PEREIRA GONÇALVES
Secretario Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete para Guarda Civil Municipal, conforme quantidade e especificações constantes no item 02 abaixo.

1.2 - **Prazo e local de entrega:** Entregar o veículo (objeto desta licitação) no prazo de até **60 (sessenta) dias**, contados após solicitação da Secretaria, na Base da Guarda Civil Municipal, Rua Sebastião Jacopetti, 440, centro que deverá corresponder à marca e especificações apresentada na proposta, podendo ser prorrogado, desde que seja justificado e autorizado previamente pela Secretaria.

1.2.1 – Gestor do Contrato e responsável pelo recebimento: Sr. Jocimar Ribas, Comandante da Guarda Civil, CPF nº 267.779.768-25, o qual acompanhara e fiscalizara a execução do Processo nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

1.3 - A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, o veículo ou parte, se vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

1.3.1. São ainda obrigações da futura CONTRATADA:

a) Fornecer o veículo dentro dos padrões de qualidade e das exigências legais, e com garantia mínima exigida. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste Edital;

b) Entregar o veículo dentro das normas de segurança exigidas, em estrita conformidade com a legislação e com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;

c) Substituir o veículo em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições;

d) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e habilitação exigidas nesta licitação.

f) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

1.4 - A CONTRATADA fica obrigada a prestar garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e seus acessórios, sem limite de quilometragem, abrangendo também o período da garantia de fábrica.

1.5-Período da contratação: O prazo do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da sua assinatura podendo ser prorrogado, desde que seja justificado e autorizado previamente pela Secretaria.

1.6 - Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Edital, determinando sua substituição;

b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

1.7 - As irregularidades deverão ser sanadas imediatamente, contados do recebimento pela

CONTRATADA da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

2 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Descrição	Qtde	Unid	V. Unit	V. Total
1	<p>ESPECIFICAÇÕES DA VIATURA VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA-VIATURA TIPO POLICIAL, CARROCERIA ABERTA SEM CELA, RÁDIO DE COMUNICAÇÃO, SINALIZADOR E GRAFISMO. Carroceria denominada comercialmente do tipo CAMINHONETE, Zero KM, cor sólida (branca), ano modelo não inferior a 2019, diesel, ar condicionado, airbag, direção hidráulica ou elétrica, vidros originais de fábrica com travamento central nas 4 portas, com desembaçador traseiro térmico, lavador e limpador, motor com capacidade mínima de 2.198 cm³, altura total: mínima de 1.650mm e máxima de 1.900mm, comprimento total: mínimo de 5.250 mm e máximo de 5.900 mm, largura total (com espelhos): mínimo de 1.800mm e máxima 2.000 mm, distância entre eixos: mínima de 3.000mm e máxima de 3.300mm. Grafismo: A ser fornecido pela empresa vencedora, envelopamento completo na cor azul marinho, adesivo orcal padrão 050, com letras e brasões, conforme padrão da Guarda Civil Municipal de Itararé. Sistema de sinalização acústico-visual: Sinalizador visual primário: Constituído por barra sinalizadora em formato de “ASA, ARCO” ou similar, em modulo único e com lente inteira, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm, que deve permitir a total visualização em um ângulo não inferior à 360º desde que o “Design” do veículo permita. Lente injetada em policarbonato resistente a impactos e descoloração com tratamento “UV” na “COR RUBI”, base estruturada em alumínio extrudado de alta resistência mecânica com ou sem ABS; Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 (quatro) led’s próprios para iluminação, com potência não inferior de 1 watt cada led, na “Cor Rubi”, dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia ou policarbonato óptico com resistência automotiva e alta visibilidade, com no mínimo de 14 (quatorze) módulos distribuídos equitativamente por toda extensão da barra; Cada led de 1 watt deverá obedecer a especificação: cor predominante vermelho com comprimento de onda de 620 a 630 nm; intensidade luminosa de cada</p>	1	Unid	160.843,00	160.843,00

<p>led de 40 lumens; categoria AllnGaP; Farol de beco externo com no mínimo 35 W; Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 04 (quatro) tipos de sons, com corneta única gerando pressão sonora não inferior à 120 db à 01 (um) metro de distância; Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permite controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador ou microprocessador, que permite a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, regulador de intensidade luminosa, com circuito eletrônico que gerencia a corrente aplicada nos led's, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos led's; Possuir sistema de sensor de baixa voltagem e monitoramento da bateria original do veículo, no módulo de controle, para impedir o funcionamento do sinalizador, quando a bateria estiver com capacidade mínima, priorizando a partida no motor. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso a led acionado de no máximo 7Ah; Deverá possuir no mínimo capacidade para gerar 04 (quatro) efeitos luminosos diferentes de alta frequência; Os led's deverão possuir GARANTIA mínima de 05 (cinco) anos; A Licitante Vencedora deverá apresentar por ocasião da análise do protótipo os seguintes documentos autênticos ou autenticados: - Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa; - Comprovação de que os leds ofertados atendem às especificações acima descritas; - Documento que comprove de que os led's deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos do fabricante do sinalizador; - Laudos emitidos por entidades competentes que comprovem que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende a norma SAE J575 de junho de 2007 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação e a norma SAE J595 "revised jan." 2005, no que se refere aos ensaios de fotometria (SAE = SocietyofAutomotiveEngineers); - Documento comprobatório, informando a razão social, endereço completo e telefone, de existência de no mínimo 01 (um) ponto de assistência técnica no Estado de São Paulo; - Registro da pessoa jurídica responsável pelas adaptações realizadas no veículo no CREA do seu domicílio ou sede, onde conste o nome do profissional</p>				
--	--	--	--	--

<p>responsável técnico, dentro da validade.</p> <p>- Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico comprovando a execução dos serviços similares às adaptações a serem realizadas no veículo, emitida pelo CREA do domicílio ou sede da licitante.</p> <p>Prescrições para veículos equipados com transceptores:</p> <p>O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios).</p> <p>O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.</p> <p>Sinalizador secundário:</p> <p>Par sinalizador de pequeno porte, linear, composto de 03 leds de 03 watts de potência, fixado internamente na grade frontal do veículo;</p> <p>SISTEMA DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO</p> <p>Considerações importantes:</p> <p>Todos os custos referentes aos materiais, instalação, licenças e demais documentos destes equipamentos deverão estar inclusos no valor da proposta.</p> <p>Características do material:</p> <p>Os rádios transceptores deverão ser compostos de terminais de rádio comunicação para permitir um emprego rápido e eficaz para as modalidades de policiamento em viaturas, por meio de transceptores móveis digitais VHF/FM, com GPS integrado.</p> <p>Os rádios transceptores móveis instalados no veículo deverão ser homologados pela Anatel, com o respectivo selo aderido à sua carcaça, e operar de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações.</p> <p>Estes rádios operarão no modo dual, tanto em modo digital, como em modo analógico no mesmo rádio. Para garantir a segurança das comunicações críticas e emergenciais, esses rádios deverão possuir a capacidade de criptografia.</p> <p>TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL VHF/FM (136 A 174 MHZ) COM GPS.</p> <p>Deverá ser compatível com sistema Motorola, em comunicação e rastreio.</p> <p>Composição básica do transceptor móvel digital VHF/FM (136 a 174 mhz) com GPS VHF</p> <p>Cada conjunto deverá ser constituído de:</p> <p>01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor VHF/FM, 45 Watts, 01 (um) Microfone de mão com tecla PTT e cabo espiralado; 01 (um) Kit de instalação (suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão,cabo de alimentação com fusível e</p>				
---	--	--	--	--

<p>porta-fusível de proteção e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio; 01 (uma) antena móvel de 5/8 de onda 3 dB de ganho com suporte de fixação no teto do veículo; 01 (um) Conjunto de conectores coaxiais compatível com o cabo coaxial e com o conector de entrada de antena do transceptor; 01 (uma) antena de GPS.</p> <p>Características operacionais básicas Fácil manuseio e operação; Operação em modo dual, digital ou analógico no mesmo rádio, programados por canal; Monitoração; Nível de potência; Tons desativados; Varredura; Varredura de prioridade; Emergência; Privacidade; Comunicação direta; Habilidade de determinado rádio interromper a transmissão de outro rádio Chamada individual; Chamada em grupo/chamada geral; Possibilidade de transferência de informações de programação de transceptor a transceptor (cloning). Número de canais - mínimo 32 (trinta e dois canais) com duas zonas Capacidade de até 360 atualizações de GPS por minuto, dependendo da topologia do sistema Varredura de canais - Possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.</p> <p>Capacidade de operação rádio a rádio (ponto - a - ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico.</p> <p>Telemetria com suporte de no mínimo 05 VIO Controles do painel: Visor alfanumérico Liga - desliga; Volume; Silenciador de recepção; Seletor de canais; Botão de acionamento de alarme de emergência.</p> <p>Características operacionais em modo digital Envio de identificação eletrônica do rádio; Alarme de emergência; Inibição e reabilitação de rádio; Recepção de chamada privativa; Envio de chamada de emergência; Recepção de monitor remoto; Chamada de alerta.</p> <p>Características operacionais em modo analógico Envio de Identificação de Unidade - Sinal de identificação do rádio- transceptor, emitido no acionamento do transmissor; Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, sub-Tom analógico (CTCSS) e sub-Tom digital (DCS), selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC;</p> <p>Características eletrônicas básicas Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa. Tipo de emissão (Modulação FM 25 KHz) modo analógico: 16KOF3E. Tipo de emissão (Modulação FM 12,5 KHz) modo analógico: 11 KOF3E. Tipo de emissão</p>				
---	--	--	--	--

<p>(Modulação Digital 4FSK 12,5 KHz) modo Digital: 7K60FXD (somente dados). Tipo de emissão (Modulação Digital 4FSK 12,5 KHz) modo Digital: 7K60FXE (voz e dados). Espaçamento de canais: 12,5 e 25 KHz com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semiduplex).</p> <p>Alimentação DC: 13,8 VCC Proteções eletrônicas contra: Variação de impedância de RF ou descascamento da antena; Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável);</p> <p>Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador;</p> <p>Tecnologia baseada em microprocessador; A identificação Eletrônica do Transceptor nos modos digital e analógico deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo através da inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento.</p> <p>Características eletrônicas específicas</p> <p>Transmissor:</p> <p>Faixa de Frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa; Potência de saída de RF com ajuste via programação: 45 W; Espaçamento de Canais: 12,5 KHz e 25 KHz; Limitação de modulação: ± 5 KHz a 25 KHz e ± 2,5 KHz a 12,5 KHz; Estabilidade de frequência dentro da faixa de - 30°C a + 50 °C+/_ 1,5 ppm (sem GPS) +/- 0,5 ppm (com GPS) ou melhor; Limitação de modulação +/- 2,5 kHz a 12,5 kHz +/- 5,0 kHz a 25 kHz; Emissões conduzidas / irradiadas -36 dBm< 1 GHz -30 dBm> 1 GHz ou melhor; Zumbido e ruído FM -40 dB a 12,5 kHz-45 dB a 25 kHz; Temporizador de transmissão (T.O.T) reciclável em cada acionamento (programável) via software; Potência de canal adjacente 60 dB a 12.5 kHz 70 dB a 25 kHz; Resposta de áudio conforme a Norma TIA503C; Distorção de áudio 3%; Tipo de vocoderdigital AMBE++; Protocolo digital no mínimo o ETSI-TS102 351-1.</p> <p>Receptor:</p> <p>Faixa de Frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa; Sensibilidade em modo analógico: 0.35 f-N (microvoit) 0,22 uV (típica) ou melhor para 12 dB - SINAO; Sensibilidade em modo digital: 0.3 f-N (microvolt) ou melhor para 5% de taxa de erro de bit (BER); Seletividade para canais adjacentes: TIA503 65 dB a 12,5 kHz, 80 dB a 25 kHz TIA503C 50 dB a 12,5 kHz, 80 dB a 25 kHz ou melhor; Estabilidade de frequência dentro da faixa de - 30°C a + 60 °C+/_ 1,5 ppm (sem GPS) +/- 0,5 ppm (com GPS) ou melhor; Espaçamento de canais: 12,5 KHz / 25 KHz; Rejeição de</p>				
---	--	--	--	--

<p>sinais espúrios: 75 dB conforme TIA503C ou melhor; Intermodulação: 78 dB conforme TIA603C ou melhor; Potência de áudio: mínimo de 3 Watt medido com tom de 1KHz no alto-falante do painel frontal; Resposta de áudio: conforme TIA 603C com curva de resposta adequada; 15.7.2.11. Distorção de áudio a áudio nominal 3% (típica); Zumbido e ruído -40 dB a 12,5 kHz -45 dB a 25 kHz; Emissões de espúrias conduzidas -57 dBm (TIA603C)</p> <p>Sintetizador: Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em VHF; Rigidez mecânica suficiente para não captação de vibrações; Controle de frequência por memória programável e reprogramável eletricamente mediante programação por meio de computador.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO MECÂNICA Número de série do equipamento gravado no chassi ou fixado a ele por meio de etiqueta adesiva; Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de chuvas, e em condições de operar sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas no veículo nacionais e motocicletas; Atender a Norma MIL STD 810 C,D,E e F; Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas ou maus contatos; Circuitos impressos protegidos contra corrosão; Fácil identificação de componentes e módulos.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e seus acessórios, sem limite de quilometragem, abrangendo também o período da garantia de fábrica. Os led's deverão possuir GARANTIA mínima de 05 (cinco) anos.</p>				
			Total	R\$ 160.843,00

DEVERÁ SER APRESENTADO MANUAL, CATÁLOGO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, QUE CONTENHA AS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO OFERTADO E SEUS ACESSÓRIOS, DE MODO A POSSIBILITAR A ANÁLISE E COMPATIBILIDADE AOS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, DEVENDO SER DESCRITO EM PORTUGUÊS.

LAYOUT DO GRAFISMO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
HABILITATÓRIOS E A INEXISTÊNCIA DE QUALQUER FATO IMPEDITIVO**

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº., por intermédio de seu representante legal Sr(a)., CPF nº., RG nº., DECLARA, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação e a inexistência de qualquer fato impeditivo à participação neste procedimento licitatório, conforme os documentos integrantes do envelope nº. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de acordo com as exigências constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019.

Local/data:

Nome:

Cargo/função:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

ANEXO III – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2019

OBJETO: Aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal.

PROPOSTA FINANCEIRA

Razão Social da Proponente:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail institucional:	
E-mail pessoal:	

Item	Descrição	Qtde	Unid	V. Unit	V. Total	Marca /modelo
1	<p>ESPECIFICAÇÕES DA VIATURA VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA- VIATURA TIPO POLICIAL, CARROCERIA ABERTA SEM CELA, RÁDIO DE COMUNICAÇÃO, SINALIZADOR E GRAFISMO.</p> <p>Carroceria denominada comercialmente do tipo CAMINHONETE, Zero KM, cor sólida (branca), ano modelo não inferior a 2019, diesel, ar condicionado, airbag, direção hidráulica ou elétrica, vidros originais de fábrica com travamento central nas 4 portas, com desembaçador traseiro térmico, lavador e limpador, motor com capacidade mínima de 2.198 cm³, altura total: mínima de 1.650mm e máxima de 1.900mm, comprimento total: mínimo de 5.250 mm e máximo de 5.900 mm, largura total (com espelhos): mínimo de 1.800mm e máxima 2.000 mm, distância entre eixos: mínima de 3.000mm e máxima de 3.300mm.</p> <p>Grafismo: A ser fornecido pela empresa vencedora, envelopamento completo na cor azul marinho, adesivo orcal padrão 050, com letras e brasões, conforme padrão da Guarda Civil Municipal de Itararé.</p> <p>Sistema de sinalização acústico-visual: Sinalizador visual primário: Constituído por barra sinalizadora em formato de “ASA, ARCO” ou similar, em modulo único e</p>	1	Unid	R\$...	R\$...	

<p>com lente inteiriça, com comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm e altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm, que deve permitir a total visualização em um ângulo não inferior à 360º desde que o “Design” do veículo permita. Lente injetada em policarbonato resistente a impactos e descoloração com tratamento “UV” na “COR RUBI”, base estruturada em alumínio extrudado de alta resistência mecânica com ou sem ABS;</p> <p>Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 (quatro) led’s próprios para iluminação, com potência não inferior de 1 watt cada led, na “Cor Rubi”, dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia ou policarbonato óptico com resistência automotiva e alta visibilidade, com no mínimo de 14 (quatorze) módulos distribuídos equitativamente por toda extensão da barra;</p> <p>Cada led de 1 watt deverá obedecer a especificação: cor predominante vermelho com comprimento de onda de 620 a 630 nm; intensidade luminosa de cada led de 40 lumens; categoria AllnGaP;</p> <p>Farol de beco externo com no mínimo 35 W;</p> <p>Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 04 (quatro) tipos de sons, com corneta única gerando pressão sonora não inferior à 120 db à 01 (um) metro de distância;</p> <p>Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permite controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador ou microprocessador, que permite a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, regulador de intensidade luminosa, com circuito eletrônico que gerencia a corrente aplicada nos led’s, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos led’s;</p> <p>Possuir sistema de sensor de baixa voltagem e monitoramento da bateria original do veículo, no módulo de controle, para impedir o funcionamento do sinalizador, quando a bateria estiver com capacidade mínima, priorizando a partida no motor.</p> <p>O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso a led acionado de no máximo 7Ah;</p> <p>Deverá possuir no mínimo capacidade para gerar 04 (quatro) efeitos luminosos diferentes</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>de alta frequência; Os led's deverão possuir GARANTIA mínima de 05 (cinco) anos; A Licitante Vencedora deverá apresentar por ocasião da análise do protótipo os seguintes documentos autênticos ou autenticados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Catálogo e/ou prospecto do sinalizador redigido em língua portuguesa; - Comprovação de que os leds ofertados atendem às especificações acima descritas; - Documento que comprove de que os led's deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos do fabricante do sinalizador; - Laudos emitidos por entidades competentes que comprovem que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende a norma SAE J575 de junho de 2007 no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação e a norma SAE J595 "revised jan." 2005, no que se refere aos ensaios de fotometria (SAE = SocietyofAutomotiveEngineers); - Documento comprobatório, informando a razão social, endereço completo e telefone, de existência de no mínimo 01 (um) ponto de assistência técnica no Estado de São Paulo; - Registro da pessoa jurídica responsável pelas adaptações realizadas no veículo no CREA do seu domicílio ou sede, onde conste o nome do profissional responsável técnico, dentro da validade. - Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico comprovando a execução dos serviços similares às adaptações a serem realizadas no veículo, emitida pelo CREA do domicílio ou sede da licitante. <p>Prescrições para veículos equipados com transceptores: O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios). O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.</p> <p>Sinalizador secundário: Par sinalizador de pequeno porte, linear, composto de 03 leds de 03 watts de potência, fixado internamente na grade frontal do veículo; SISTEMA DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>Considerações importantes:</p> <p>Todos os custos referentes aos materiais, instalação, licenças e demais documentos destes equipamentos deverão estar inclusos no valor da proposta.</p> <p>Características do material:</p> <p>Os rádios transceptores deverão ser compostos de terminais de rádio comunicação para permitir um emprego rápido e eficaz para as modalidades de policiamento em viaturas, por meio de transceptores móveis digitais VHF/FM, com GPS integrado.</p> <p>Os rádios transceptores móveis instalados no veículo deverão ser homologados pela Anatel, com o respectivo selo aderido à sua carcaça, e operar de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações.</p> <p>Estes rádios operarão no modo dual, tanto em modo digital, como em modo analógico no mesmo rádio. Para garantir a segurança das comunicações críticas e emergenciais, esses rádios deverão possuir a capacidade de criptografia.</p> <p>TRANSECTOR MÓVEL DIGITAL VHF/FM (136 A 174 MHZ) COM GPS.</p> <p>Deverá ser compatível com sistema Motorola, em comunicação e rastreo.</p> <p>Composição básica do transceptor móvel digital VHF/FM (136 a 174 mhz) com GPS VHF</p> <p>Cada conjunto deverá ser constituído de:</p> <p>01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor VHF/FM, 45 Watts, 01 (um) Microfone de mão com tecla PTT e cabo espiralado; 01 (um) Kit de instalação (suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão,cabo de alimentação com fusível e porta-fusível de proteção e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio; 01 (uma) antena móvel de 5/8 de onda 3 dB de ganho com suporte de fixação no teto do veículo; 01 (um) Conjunto de conectores coaxiais compatível com o cabo coaxial e com o conector de entrada de antena do transceptor; 01 (uma) antena de GPS.</p> <p>Características operacionais básicas</p> <p>Fácil manuseio e operação; Operação em modo dual, digital ou analógico no mesmo rádio, programados por canal; Monitoração; Nível de potência; Tons desativados; Varredura; Varredura de prioridade; Emergência; Privacidade; Comunicação direta; Habilidade de determinado rádio interromper a transmissão</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>de outro rádio Chamada individual; Chamada em grupo/chamada geral; Possibilidade de transferência de informações de programação de transceptor a transceptor (cloning). Número de canais - mínimo 32 (trinta e dois canais) com duas zonas Capacidade de até 360 atualizações de GPS por minuto, dependendo da topologia do sistema Varredura de canais - Possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.</p> <p>Capacidade de operação rádio a rádio (ponto - a - ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico.</p> <p>Telemetria com suporte de no mínimo 05 VIO</p> <p>Controles do painel: Visor alfanumérico Liga - desliga; Volume; Silenciador de recepção; Seletor de canais; Botão de acionamento de alarme de emergência.</p> <p>Características operacionais em modo digital</p> <p>Envio de identificação eletrônica do rádio; Alarme de emergência; Inibição e reabilitação de rádio; Recepção de chamada privativa; Envio de chamada de emergência; Recepção de monitor remoto; Chamada de alerta.</p> <p>Características operacionais em modo analógico</p> <p>Envio de Identificação de Unidade - Sinal de identificação do rádio- transceptor, emitido no acionamento do transmissor; Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, sub-Tom analógico (CTCSS) e sub-Tom digital (DCS), selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC;</p> <p>Características eletrônicas básicas</p> <p>Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa. Tipo de emissão (Modulação FM 25 KHz) modo analógico: 16KOF3E. Tipo de emissão (Modulação FM 12,5 KHz) modo analógico: 11 KOF3E. Tipo de emissão (Modulação Digital 4FSK 12,5 KHz) modo Digital: 7K60FXD (somente dados). Tipo de emissão (Modulação Digital 4FSK 12,5 KHz) modo Digital: 7K60FXE (voz e dados). Espaçamento de canais: 12,5 e 25 KHz com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semiduplex).</p> <p>Alimentação DC: 13,8 VCC Proteções eletrônicas contra: Variação de impedância de RF ou descascamento da antena; Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>permitted, recyclable in each actuation (programmable); Control of frequency: by synthesizer, equipped with memory programmable and reprogrammable externally through a computer; Technology based on microprocessor; A identification Electronic of Transceptor in digital and analog modes shall be provided by the original electronic circuit of the equipment, not allowing through the inclusion of circuits (internal or external), additional boards or complementary to the equipment.</p> <p>Características eletrônicas específicas Transmissor: Faixa de Frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa; Potência de saída de RF com ajuste via programação: 45 W; Espaçamento de Canais: 12,5 KHz e 25 KHz; Limitação de modulação: ± 5 KHz a 25 KHz e ± 2,5 KHz a 12,5 KHz; Estabilidade de frequência dentro da faixa de - 30°C a + 50 °C+/_ 1,5 ppm (sem GPS) +/- 0,5 ppm (com GPS) ou melhor; Limitação de modulação +/- 2,5 kHz a 12,5 kHz +/- 5,0 kHz a 25 kHz; Emissões conduzidas / irradiadas -36 dBm< 1 GHz -30 dBm> 1 GHz ou melhor; Zumbido e ruído FM -40 dB a 12,5 kHz-45 dB a 25 kHz; Temporizador de transmissão (T.O.T) reciclável em cada acionamento (programável) via software; Potência de canal adjacente 60 dB a 12.5 kHz 70 dB a 25 kHz; Resposta de áudio conforme a Norma TIA503C; Distorção de áudio 3%; Tipo de vocoder digital AMBE++; Protocolo digital no mínimo o ETSI-TS102 351-1.</p> <p>Receptor: Faixa de Frequência: 136 MHz a 174 MHz sem sub-faixa; Sensibilidade em modo analógico: 0.35 f-N (microvoit) 0,22 uV (típica) ou melhor para 12 dB - SINAO; Sensibilidade em modo digital: 0.3 f-N (microvolt) ou melhor para 5% de taxa de erro de bit (BER); Seletividade para canais adjacentes: TIA503 65 dB a 12,5 kHz, 80 dB a 25 kHz TIA503C 50 dB a 12,5 kHz, 80 dB a 25 kHz ou melhor; Estabilidade de frequência dentro da faixa de - 30°C a + 60 °C+/_ 1,5 ppm (sem GPS) +/- 0,5 ppm (com GPS) ou melhor; Espaçamento de canais: 12,5 KHz / 25 KHz; Rejeição de sinais espúrios: 75 dB conforme TIA503C ou melhor; Intermodulação: 78 dB conforme TIA603C ou melhor; Potência de áudio: mínimo de 3 Watt medido com tom de</p>					
--	--	--	--	--	--

<p>1KHz no alto-falante do painel frontal; Resposta de áudio: conforme TIA 603C com curva de resposta adequada; 15.7.2.11. Distorção de áudio a áudio nominal 3% (típica); Zumbido e ruído -40 dB a 12,5 kHz -45 dB a 25 kHz; Emissões de espúrias conduzidas -57 dBm (TIA603C)</p> <p>Sintetizador: Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em VHF; Rigidez mecânica suficiente para não captação de vibrações; Controle de frequência por memória programável e reprogramável eletricamente mediante programação por meio de computador.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO MECÂNICA Número de série do equipamento gravado no chassi ou fixado a ele por meio de etiqueta adesiva; Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de chuvas, e em condições de operar sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas no veículo nacionais e motocicletas; Atender a Norma MIL STD 810 C,D,E e F; Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas ou maus contatos; Circuitos impressos protegidos contra corrosão; Fácil identificação de componentes e módulos.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e seus acessórios, sem limite de quilometragem, abrangendo também o período da garantia de fábrica.</p> <p>Os led's deverão possuir GARANTIA mínima de 05 (cinco) anos.</p>					
				Total	R\$
<p>Valor total por extenso:</p>					

DECLARAÇÕES

- 1 - O prazo de eficácia desta proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93) e suas alterações.
- 2 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3 - Condições de Pagamento: conforme item 14 e seus subitens do Edital.
- 4 - Declaro que todos o veículo ofertados atendem a todas as características e exigências do Edital, em especial do **ANEXO I** – Termo de Referência e que atendem a todas as normas de segurança em vigor.
- 5 - Declaro que o prazo de garantia do veículo e seus acessórios será de, no mínimo de 12 meses, contados da data de emissão do Atestado de Recebimento, sem limite de quilometragem, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia dada pelo fabricante.
- 6 - Declaro que, se vencedora desta licitação, comprometo-se a entregar seu objeto dentro das condições, quantitativos e especificações e prazos estabelecidos neste Edital e no seu **ANEXO I**, sem a

necessidade de aquisição de acessórios ou materiais suplementares.

Dados do representante da empresa que assinará o termo de ciência e notificação, conforme consta no contrato social ou procuração:	
Nome:	
Identidade nº/Órgão expedidor:	
CPF nº	
RG nº	
Data de Nascimento	
Endereço residencial	
Cargo do Representante Legal da empresa	

.....
 EMPRESA
 Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

ANEXOIV – MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO“EXTRA JUDICIA”

OUTORGANTE:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de, neste ato representada pelo(a) (sócio/diretor), Sr. (a) (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de, Estado de, -----

OUTORGADO: Sr. (a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de; -----

PODERES:ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019, da Prefeitura Municipal de Itararé, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de de 2019

Outorgante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
ANEXO V – DECLARAÇÃO – CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO

..... Inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso
V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

ANEXO VI - DECLARAÇÃO – ENQUADRAMENTO ME OU EPP

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ é MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Itararé.

....., de de 2019.

.....
(representante legal)

**ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
PROCESSO Nº 151/2019
CONTRATO Nº .../19**

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ E A EMPRESA

A Prefeitura Municipal de Itararé, doravante denominada **CONTRATANTE** neste ato representada pela....., portador do documento de identidade n.º RG nº, CPF nº, e a empresa, inscrita no CNPJ-MF sob o nº, com endereço a Rua, –, Município de - SP, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, portador da carteira de identidade nº, CPF nº, conforme consta na Procuração, firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada às fls. do processo administrativo nº 151 doravante denominado Processo, concernente à Licitação nº 05/2019, na modalidade Pregão Eletrônico. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) – É objeto do presente contrato, aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal do município de Itararé, conforme quantidades e especificações mínimas constantes abaixo e no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2019 e na proposta da Contratada, que integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais:

Item	Descrição	Qtde	Unid	V. Unit	V. Total	Marca /modelo

PARAGRAFO ÚNICO - Gestor do contrato e responsável pelo recebimento: Sr. Jocimar Ribas, Comandante da Guarda Civil, CPF nº 267.779.768-25, o qual acompanhara e fiscalizara a execução do Processo nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA (DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA) – A **CONTRATADA** se obriga a fornecer osveículos (objeto desta licitação) no prazo de até **60 (sessenta) dias**, contados após solicitação da secretaria, na Base da Guarda Civil Municipal, Rua Sebastião Jacopetti, 440, centro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ser realizada de acordo as condições e especificações mínimas indicadas no Anexo I - Termo de Referência do Edital e na Proposta apresentada pela Contratada, correndo por conta desta o transporte, em geral, o descarregamento, os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e as contribuições de qualquer natureza que se façam necessárias à perfeita execução contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não serão aceitos no momento de entrega, avarias de qualquer tipo, bem como não serão aceitos se estiver amassado, manchado, riscado ou apresentarem danos aparentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar ou reparar, as suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento provisório não implica na aceitação definitiva do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Edital, determinando sua substituição;
- b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR) – O valor global deste contrato é de R\$ (.....), conforme proposta da **CONTRATADA** constado em ata e juntada no Processo, correspondendo ao objeto e valores unitários definidos na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA QUARTA (DA DESPESA) – A despesa correrá pelas seguintes Dotações Orçamentárias: 729–Federal e 658 - Tesouro.

CLÁUSULA QUINTA (DO PAGAMENTO) – Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais devidamente conferidas e assinadas pelo Secretário da pasta, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão feitos através de crédito somente em **conta corrente da empresa (Pessoa Jurídica)** a ser fornecida pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal: **“PREGÃO ELETRÔNICO05/2019”**, bem como o número do pedido da compra.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do objeto executado.

PARÁGRAFO QUARTO - Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o pagamento mensal não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Contratada, e isso motivar a paralisação do fornecimento, esta incorrerá nas penalidades previstas neste edital, e não será paga nenhuma atualização de valor.

PARÁGRAFO SEXTO - Correrá por conta exclusiva da contratada:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Sendo constatado erro na nota fiscal, a mesma não será aceita e o pagamento ficará retido e seu prazo suspenso, até que seja providenciada a correção, contando-se o prazo estabelecido nesta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

PARÁGRAFO OITAVO - A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda a execução do contrato, bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA (DA VIGÊNCIA) - O prazo do presente contrato será de 90 (noventa) dias, contados da sua assinatura **podendo ser prorrogado**, desde que seja justificado e autorizado previamente pela Secretaria.

CLÁUSULA SÉTIMA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA) – São obrigações da **CONTRATADA**:

I - Fornecer o veículo dentro dos padrões de qualidade e das exigências legais, e com garantia mínima exigida.

II - Entregar o veículo dentro das normas de segurança exigidas, em estrita conformidade com a legislação e com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;

III - Substituir o veículo em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou porventura seja entregue com defeitos, imperfeições;

IV - Obedecer aos prazos de entrega estipulados na Cláusula Segunda. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

V - A **CONTRATADA** fica obrigada a prestar **garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e seus acessórios, sem limite de quilometragem, abrangendo também o período da garantia de fábrica.**

VI - Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

VII - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e habilitação exigidas nesta licitação.

VIII - Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

CLÁUSULA OITAVA (DAS PENALIDADES) – À **CONTRATADA**, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos Arts. 86 e impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de multa, estabelecida no Parágrafo Segundo desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **atraso injustificado na entrega**, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

b) atraso superior a 30 (trinta) dias e até 45 (quarenta e cinco) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

c) atraso superior a 45 dias: estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos neste Edital, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas no próximo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pela **inexecução total ou parcial da entrega**, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e/ou;

b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da **CONTRATADA** por danos causados à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA NONA (DA RESCISÃO) – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no Art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objetivo de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DAS RESPONSABILIDADES) – A **CONTRATADA** assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações **CONTRATADAS**. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS) – Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO) – Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a **CONTRATANTE** providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial, para ocorrer no prazo de vinte dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DO FORO) – O Foro do contrato será o da Comarca de Itararé/SP, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itararé,de de 2019

.....
.....

Empresa
Representante

Testemunhas:

Nome

Ass.

CPF

Nome

Ass.

CPF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
ANEXO VIII - CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ

CONTRATADA:

CONTRATO Nº:

OBJETO: Aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular manifestações cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
ANEXO IX – INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail institucional:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Celular:	E-mail institucional:
Ramo de Atividade:	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- I. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. OBSERVAR a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I do regulamento; e
- V. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço;
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

 (assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)**

Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- IV. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
- V. o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Recibo de Retirada de Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ

Secretaria de Finanças

Departamento de Licitações

EDITAL Nº 05

PROCESSO Nº 151/2019

OBJETO: Aquisição 01 (um) veículo tipo Caminhonete cabine dupla para Guarda Civil Municipal.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Telefone: _____

Estado: _____ Fax: _____

Obtivemos, através do acesso à página www.itararé.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Nome:

____ de _____ de 2019.

Senhor Licitante, Visando à comunicação entre este Departamento e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Seção de Licitações, preferencialmente pelo e-mail: edital@itarare.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itararé da comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação. Recomendamos, ainda, consultas atualizadas à referida página para eventuais comunicações e/ ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

PROCESSO Nº 151/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

**AQUISIÇÃO 01 (UM) VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA PARA
GUARDA CIVIL MUNICIPAL**